

# POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E O ASSOCIATIVISMO SUSTENTÁVEL: UM CAMINHO A PERCORRER

Suelen Claudino Barbosa<sup>1</sup>

Ângela Rita Pedrollo Guerrero<sup>2</sup>

## RESUMO

As organizações associativas (formalizadas ou não), são canais de aproximação das comunidades rurais com projetos de desenvolvimento traçados nas Políticas Públicas. Estudos relativos ao tema elaborados, sob a égide dos Objetivos do Milênio (ODM) de 2000, de onde o oitavo objetivo da carta de 2000 “TODO MUNDO TRABALHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO” indicam que o associativismo deve ser fomentado. Em, 2015 houve desdobramentos dos ODM, sem, contudo, perder-se o foco no desenvolvimento e mais, reforçando-o com a sustentabilidade. Este trabalho resgata os estudos sobre três associações rurais locais, procurando identificar se o desenvolvimento sustentável, um dos pilares dos ODM, encontra factibilidade na região rural de São José dos Pinhais. Considerando, que há projetos para as comunidades rurais, levantou-se quais são facilitadores do desenvolvimento sustentável e como, ou se, as associações se apropriam destes projetos. Neste sentido, buscou-se identificar as estratégias de desenvolvimento que as associações locais adotam, e se estas têm buscado no ente público recursos para tanto. O método utilizado, para o estudo foi, além da pesquisa bibliográfica, principalmente, a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, em reuniões com os associados, com os representantes do ente público e atores responsáveis por secretárias ligadas ao desenvolvimento local. Após estudos em outras duas Associações locais: com Associação dos Pinhoeiros de São José dos Pinhais e Tijucas

<sup>1</sup> Aluna do 5º período do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2018-2019). *E-mail*: suelenbarbs@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: angela.guerrero@bomjesus.br

do Sul (ASSOPINHO), e Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira (ATCG), tomou-se a Associação da Roça Velha (ARV), como objeto para aprofundamento do conhecimento e nela se aplicou a análise SWOT. Nesta análise, descobriu-se que, há matrizes estratégicas que devem ser trabalhadas para possibilitar ARV aproveitar os projetos públicos e assim garantir a sua sustentabilidade. Ou seja, os resultados mostraram que embora haja, por parte do Poder Público projetos que atendem as políticas desenvolvimentistas, as Associações rurais ou equivalentes, pouco se utilizam delas.

Palavras-chave: Associativismo. Sustentabilidade. Políticas Públicas. Matriz SWOT.

## INTRODUÇÃO

Esse estudo nasceu da percepção sobre a realidade das comunidades rurais de São José dos Pinhais (SJP) diante dos Objetivos do Milênio (ODM). Observou-se, no convívio em reuniões periódicas com moradores da zona rural, que as comunidades não parecem atingidas pelos progressos perseguidos pelos ODM. Em tais comunidades a maternidade ainda se dá precocemente, a empregabilidade margeia o subemprego, a segurança é antes de tudo insegurança, entre outras percepções. Este cenário, incômodo, motiva que se trace um painel sobre como as comunidades rurais se organizam na solução dos seus problemas e anseios, e como se dão as políticas aplicadas no meio rural perante os imperativos socioeconômicos dos ODM.

Observando todos os ODM, este artigo se sintoniza com o Oitavo (8º) objetivo da agenda de 2000 – TODO MUNDO TRABALHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO, que teve sua origem por meio da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros.

Busca-se aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento e sustentabilidade, em sintonia com o oitavo ODM e seus desdobramentos ocorridos em 2015, visualizando a participação do Poder Público na realidade associativista rural em São José dos Pinhais.

Alguns estudos realizados em 2017 com propósito de um possível Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), levou à aproximação com Associação dos Pinhoeiros de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (ASSOPINHO), e com a Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira (ATCG), e, em 2018, com Associação da Roça Velha (ARV).

Também, importante informar que ocorreu em 2015 desdobramentos dos ODM dispostos após a conclusão da Agenda do Milênio (8 jeitos de mudar mundo), isso em setembro de 2015, quando líderes de governo e de estado dos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovaram por consenso, na Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Isto posto, se apresentou a problemática quanto a relação existente entre os ODM e o estado real da sua aplicabilidade na zona rural de São José dos Pinhais, tendo como motor o ente público local. Tal problemática requereu que se traça-se um percurso, com etapas específicas (objetivos específicos), que assim se apresentam:

- a) Coletar junto à Prefeitura do Município de São José dos Pinhais – PR dados sobre os aspectos geográficos e econômicos rurais do Município.

- b) Investigar a existência de associações, agremiações ou similares na zona rural de São José dos Pinhais, destacando 03 Associações.
- c) Levantar fundamentos teóricos sobre modos colaborativos de organização.
- d) Identificar junto ao Poder Público Municipal os projetos existentes no ente público voltados às associações rurais, reunindo: as Políticas Públicas e os Objetivos do Milênio.
- e) Fazer análise SWOT da Associação da Roça-Velha (ARV) para ponderar sua sustentabilidade considerando as atuais Políticas Públicas Municipais.

Para cumprir com os objetivos fixados optou-se pela metodologia qualitativa, operacionalizada por pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo e descritiva. Com coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Desta feita as técnicas de coleta, foram operadas pela identificação de documentos (livros, periódicos, sites, filmes, etc), que tratam especificamente do trinômio: Associativismo, Poder Público, Objetivos Do Milênio, Sustentabilidade. Feito isso se passou ao fichamento, seguindo-se a análise e descrição ordenada dos conceitos.

Ainda, em paralelo seguiu-se com pesquisa de campo, quando se fez a coleta por meio de reuniões e entrevistas na localidade, levadas a cabo junto a moradores, comerciantes e proprietários de terras, com gestores das associações locais e com representantes do Poder Público Municipal. Entretanto, considerando o formato e limitação de páginas requeridas neste periódico, deixa-se de anexar as entrevistas e relatórios, tendo-se compilado os aspectos que se destinam ao cumprimento do objetivo principal.

Os objetivos específicos foram vencidos e se constatou a prioridade da extensão rural em relação ao urbano. Consta a existência de 08 regionais rurais, sendo que todas as regionais **há o estabelecimento de associações, agremiações ou algum tipo de associativismo**, mais ou menos formalizado.

Em geral a figuras ou entidades religiosas, independente da denominação, são também pontos de convergência dos interesses dos locais. Assim, dizer-se que apenas o modelo associativo formal estabelece relações com a comunidade, seria estreitar as conclusões deste estudo, que embora tenha se fundado em três associações formalizadas, estende sua percepção às demais modalidades institucionalizadas, ainda que de forma oficiosa.

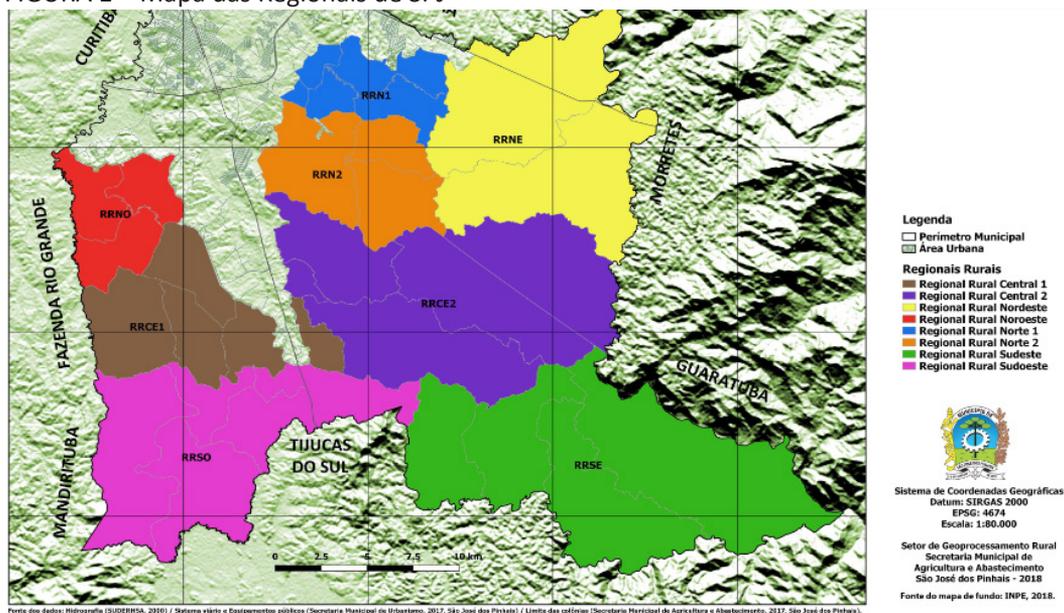
# 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (SJP)

O município de SJP conta com 946,24k km<sup>2</sup>. Trata-se de um território bem significativo em termos de Estado. O município comporta 33 comunidades ou colônias rurais e, embora seja um município de grandes dimensões territoriais é pouco povoado, e abriga grandes extensões de florestas (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019).

Conforme dados do portal da prefeitura da cidade, a área Rural se sobrepõe a urbana, sendo 750,95 km<sup>2</sup> de área rural e 195,29 km<sup>2</sup> para área urbana. Por esse motivo, foi realizado em 2014 pelo setor de Geoprocessamento Rural um agrupamento de 8 regionais rurais para organização da gestão local. Como a área rural de SJP é caracterizada por uma diversidade cultural devido sua colonização ser oriunda de diferentes etnias, essas regionais foram agrupadas por afinidades culturais, mas principalmente por suas práticas agrícolas, conforme sua posição relativa dentro do território da cidade.

FIGURA 1 – Mapa das Regionais de SPJ

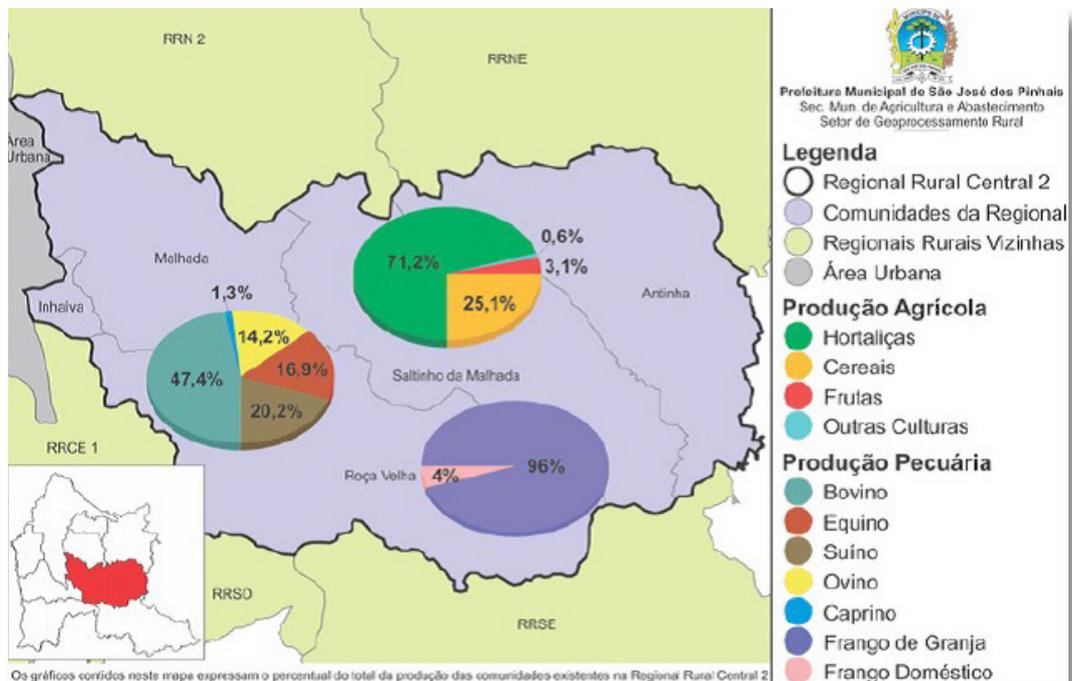


FONTE: Prefeitura de São José dos Pinhais (2018)

Em todas as regionais há o estabelecimento de associações, agremiações ou algum tipo de associativismo, mais ou menos formalizado. Em geral a figuras ou entidades religiosas, independente da denominação são também pontos de convergência dos interesses dos locais, como foi informado pela Secretária de Agricultura e Abastecimento.

Analisado, ainda, junto a Secretária de Agricultura e Abastecimento, em termos econômicos, há um forte viés agrícola, sendo a atividade agrícola é predominante na região e emprega no seu labor, em geral, mão de obra familiar. Não havendo uso de maquinário de plantio de escala como ocorre no caso da soja. Isso se deve um pouco a geografia local que não proporciona uso de implementos de grande porte. Mesmo na produção animal há predominância de criações que demandam mão de obra humana direta.

FIGURA 2 – Mapa da Produção Rural



FONTE: Prefeitura de São José dos Pinhais (2018)

Dentro da região rural 2, encontra-se a colônia da Roça-Velha, cuja Associação foi escolhida para aplicação da Matriz Swot.

Segundo gestor da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, ao elaborarem o mapa econômico local, as informações que o compuseram foram coletadas diretamente com os produtores rurais locais pela Prefeitura Municipal (PM). Nestas ocasiões, por exemplo, houve o questionamento sobre o cultivo do pinhão, se há de certa forma algo que o classifique na produção agrícola, se é contabilizado de alguma maneira a semente, mesmo sabendo que o mesmo tem suas limitações, pois é um produto que é comercializado para o consumo apenas entre os meses de maio a agosto, mas por ser também um símbolo do estado do Paraná e também do Município.

O questionamento foi respondido negativamente, ou seja, não existe nenhum programa voltado para a produção ou comercialização do pinhão, seja pela questão

sazonal, seja porque não há interesse dos que possuem a pinheira em casa na exploração comercial da semente, até por que não se tem políticas de incentivos a exploração da Araucária no Paraná. Prevalecendo a criação de ovinos, galináceos e plantação hortaliças, na região.

## 1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: NOÇÕES GERAIS

Decidir e promover ações que afetam e influenciam de forma positiva ou não a vida de uma sociedade ou de um povo é o que basicamente define as Políticas Públicas. O Estado, em regra é o executor destas ações por meio do poder executivo, legislativo e judiciário, no entanto, a execução das Políticas Públicas é uma tarefa que não se restringe somente ao Estado (GUERRERO, 2017).

Dito de outra maneira, “as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (LOPES, *et al.*, 2008, p. 5). Quando se fala no problema público, ou aquilo que vai do interesse público, se faz referência aos seus vários setores, como por exemplo, a saúde pública, habitação, economia, educação, segurança, participação social, meio ambiente, entre outros. Embora, se tenha essas demandas, *a priori*, no escopo do ente público, também, estas são identificadas e supridas por outros grupos, conhecidos como do terceiro setor. Essas organizações caracterizadas por não ter fins lucrativos Organizações Não Governamentais (ONG’S), Fundações, Sindicatos, Associações, entre outros, atuam como “parceiros” do Estado na prestação de serviços públicos às comunidades, ou também, podem atuar como um porta voz de reivindicações mais específicas.

Tendo o governo conhecimento dessas necessidades e problemas, ou quando a informação da existência desses problemas é levada até ele por algum desses atores, iniciam-se as fases ou estágios de formulação para implementação das políticas, é o “Ciclo das Políticas Públicas que é a sistematização das etapas para entendimento do processo” (LOPES; AMARAL, *et al.*, 2008, p. 10).

Essa noção geral sobre o funcionamento das Políticas Públicas é extremamente valorosa quando se faz conhecida pela população. Como esclarecem Dias e Matos (2012, p.4).

Hoje, os grandes problemas colocados na agenda mundial são problemas que passam pela intervenção pública. Podemos afirmar que a política está inserida em todos os aspectos da vida humana. Ou seja, o terrorismo, o aquecimento global, a diminuição da diversidade, a inserção social de imigrantes, a melhoria da qualidade de vida dos idosos, o aumento da inclusão social, entre tantos outros problemas, antes de serem

ambientais, sociais ou culturais são essencialmente políticos, pois dependem das decisões tomadas no âmbito dos Estados, ou em fóruns internacionais em que estes continuam a ter total relevância e influência. Portanto, mais do que nunca se torna necessário que política seja compreendida pelo homem comum.

### 1.3 OITAVO ODM: ESTABELEECER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O Oitavo ODM integra as metas de um plano progressista também conhecido por “8 jeitos de mudar o mundo” (IPEA 2005), que tem como propósito inicial, sanar alguns dos problemas em estado de urgência no mundo todo.

FIGURA 3 – ODM



FONTE: Wikipedia

Ainda que, vários dos problemas que a humanidade enfrentava já vinham sendo discutidos antes mesmo da elaboração dos ODM, foi em uma reunião na cidade de Nova Iorque no ano de 2000 organizada pela ONU que os ODM foram elaborados, e essa reunião contou com a participação de todos os países-membros da ONU, sendo 191 países no referido ano. Essa foi, e ainda é, uma mobilização mundial, e pela sua importância, foi levada a sério tanto pelos governos como pela sociedade civil (GARCIA; DENISE, 2016, p. 194).

Especialmente o oitavo ODM, foi estabelecido para enfatizar os compromissos dos países mais desenvolvidos em relação à distribuição de recursos de ajuda aos países mais pobres do planeta e nas condições econômicas, tecnológicas e sociais necessárias para que as metas dos demais ODM sejam alcançadas.

No entanto, em 2015 os ODM foram desdobrados com foco na sustentabilidade, passando a serem denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo 17 metas. E, neste estudo percebe-se que são derivações necessárias daquele: o oitavo objetivo, que em 2015 apresentou avanços no sentido de que, o desenvolvimento de assistência oficial pelos países desenvolvidos aumentou em 66% entre 2000 e 2014, atingindo U\$ 135,2 bilhões, demonstrando assim uma preocupação mundial com a sustentabilidade (ONU, 2015, p. 7).

No caso do Brasil, o desenvolvimento proveniente do oitavo objetivo, teve influência na implementação de Políticas Públicas no sentido de aumentar a inclusão social.

Segundo o Portal ODM BRASIL:

Em uma federação complexa como a brasileira é necessário realizar esforços para tornar a gestão municipal eficiente e eficaz e capaz de acelerar a execução dos investimentos públicos, de manter as políticas sociais, de realizar ações de diversificação da economia local, bem como de melhorar o ambiente de negócios e a qualidade do gasto público.

E sobre a pauta brasileira com outros países, observa-se de passagem a intensificação da agenda bilateral e o fortalecimento das relações com países da América Latina e Caribe (IDEM, 2015).

#### 1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS EM SINTONIA COM O OITAVO ODM

Apesar da modificação das metas ODM em 2015 para abranger um número maior e mais específico de problemas, o oitavo objetivo ainda é de grande importância na conjuntura mundial. Porque ele não trata apenas do desenvolvimento econômico ou tecnológico. Quando se tem como propósito o “desenvolvimento” se compreende também a inclusão de questões de cunho social, como suas relações, seus direitos, sua saúde e sua segurança, por isso a importância desse objetivo no cumprimento dos outros propósitos. Uma nação que busca desenvolver-se necessita de cuidados e proteção com a geração atual que é responsável pelas que ainda virão, por isso a lógica de “pensar globalmente e agir localmente”, neste caso é de vital relevância.

Dito isso, fez-se um levantamento/análise da cidade de São José dos Pinhais e as Políticas Públicas que podem ser associadas com o propósito de desenvolvimento do oitavo ODM e, chegou-se a 22 projetos que devem ser cumpridos até 2021.

## 1.5 CONCEITOS E DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS

No estudo da administração, especificamente, lança-se um breve histórico remoto sobre a arte de administrar e dá-se como marco inicial de estudos científicos a escola clássica com Taylor e Fayol. Esses primeiros estudos apontavam um modelo organizacional mecanicista fixado na eficiência e tinha por objeto o modelo industrial de organização.

Avançaram os estudos, em harmonia com a realidade macro ambiental, e passou-se a considerar outras modalidades de arranjos organizacionais e, como fator relevante e, interferente nas organizações, o elemento humano e o seu comportamento.

Tem-se aí n'um olhar tardio, retrospectivo, um cenário de mudanças, tanto de interpretação da administração quanto dos elementos que a compõe. Sabe-se que a formação de arranjos organizacionais precede em muito os registros acadêmicos e estudos científicos sobre suas formações.

Homem e Dellagnelo (2006, p. 5), apontam para:

No plano global, para terem sucesso, as empresas precisam ser: (a) competitivas através do mundo; (b) eficientes; (c) localmente responsáveis; (c) flexíveis e adaptáveis dentro de um curto espaço de tempo; (d) capazes de transferir conhecimento e aprendizagem por meio de suas unidades geograficamente dispersas.

Tais considerações remetem a organização à necessidade de sujeitos capazes de dar conta do trabalho diversificado, decorrente do processo de expansão e sobrevivência no mercado mundial. Sopesando, assim, aos pontos que as organizações devem vencer, se descobre a necessidade de rever os modelos tradicionais de organização, porquanto a multiplicidade de variáveis (sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas), já não comportam um modelo único linear e previsível.

Ainda, a relevância dos novos direitos no cenário mundial, as tecnologias, as incertezas, os impactos negativos da exploração capitalista, entre outros, têm fortalecido modelos organizacionais mais fraternos, com perspectiva de economia solidária, economia de comunhão, economia que foque em impactos positivos (GUERRERO, 2019).

Tempos e movimentos são outros, com isso há evidências acentuadas para a caracterização das novas formas organizacionais. As relações modernas começam a dar papel de destaque a formas alternativas organizacionais que extrapolam os limites da organização como unidade produtiva, conforme modelo fechado da economia tradicional. Porém, aquelas modalidades, ainda mantém uma vertente mais empresarial, nelas o associativismo é empresarial, e pressupõe que as empresas utilizam a cooperação/colaboração para defender e potencializar o seu segmento e melhorar as suas estratégias competitivas no mercado.

Estudiosos destacam diferentes formas de associativismo e, referem ainda, que a utilização de uma ou outra forma depende da estratégia e necessidade de cada empresa.

### **1.5.1 Formas de Arranjos Produtivos, *Clustre's*, Parcerias, Alianças e Cooperativas**

Embora a literatura informe entre 3 e 6 modalidades se levantou apenas as mais comuns: Arranjos Produtivos Locais (APL's), que pela conceituação da FIESP (p.11) “são formados por um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em uma mesma região, desenvolvendo atividades produtivas especializadas em um determinado setor e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem”. Interessante destacar que quatro dimensões identificam as APL's: Desenvolvimento, Território, Pessoas e Inovação.

*Clusters*, (GUERRERO, 2019), em lições de aula são, outra forma associativa organizacional, seria uma aglomeração de empresas, uma concentração sobre um território geográfico delimitado de empresas interdependentes, ligados entre elas por meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas. Assim, ocorrendo pela cooperação entre as empresas, embora cada qual tenha seu objetivo, em geral com fundo marcadamente econômico, podem associar-se num objetivo comum. Nesta perspectiva, ainda se pode entender cada organização como uma firma que será analisada pontualmente perante as diversas teorias administrativas.

Outra modalidade associativa são os Consórcios Empresariais, que é o modelo de organizacional que permite que várias empresas se unam para realizar grandes negociações, como construção de obras e participação em licitações (SEBRAE).

Ainda, Parcerias Estratégicas e Alianças Estratégicas, são forma de associação, para Klotzle, (2002, p. 87), são vitais.

Apesar da crescente importância das alianças estratégicas na intensificação dos negócios internacionais competitivos de hoje, a análise científica desse tipo de parceria tem sofrido dificuldades em decorrência de dois fatores. Primeiro, existe insuficiência de trabalhos consistentes de natureza analítica, principalmente na área de modelagem, isto é, formulação de modelos relativos à criação e condução de alianças estratégicas.

Para o autor o que melhor define a formação de uma parceria afinal é a união combinada das teorias dos recursos empresariais e a da aprendizagem organizacional. As alianças estratégicas são, portanto, a união tanto os recursos materiais e imateriais.

Além das formas apontadas as Cooperativas, igualmente, são arranjos com vieses diferenciados dos tradicionais modelos organizacionais das teorias administrativas tendo aparência associativa.

As cooperativas têm essência econômica e podem compor um APL. Trata-se, em síntese, de um associativismo, contudo tem foco na geração e distribuição de lucro entre seus membros cooperados.

## 1.6 ASSOCIATIVISMO

O associativismo, consiste na organização voluntária de pessoas, sem fins lucrativos, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas ou alcançar os objetivos comuns, via cooperação. Esta forma de organização coletiva tem como objetivos reforçar os laços de amizade e solidariedade, reunir esforços para reivindicar melhorias na comunidade, defender os interesses dos associados, desenvolver interesses coletivos de trabalho, produzir e comercializar de forma cooperada, melhorar a qualidade de vida e participar no desenvolvimento da região na qual as associações estão inseridas.

Homem e Dellagnelo (2006 p. 22), citando Dellagnelo e Silva (2000), afirmam que “as novas formas organizacionais vêm sendo discutidas, basicamente, sobre dois aspectos: como representação de uma lógica de ação diferente da instrumental, que é típica do modelo modernista de organização, e como simples aperfeiçoamento da abordagem contingencial da administração”.

Para os autores há que se superar a normatividade vazia e aderir a modelos flexíveis de gestão e, neste mesmo sentido alegam os entrevistados nas secretarias da Agricultura e Desenvolvimento local é que se posicionam as Políticas Públicas do Município.

Ainda, para Dellagnelo (2006, *in passim*), as principais perspectivas que justificam a procura de novas formas organizacionais podem ser divididas em três grandes esferas: desenvolvimento tecnológico, aumento da competitividade no mercado global e estabelecimento de um mercado mais exigente. A se ponderar os 03 motivos de Dellagnelo se consideraria que o fundamento organizacional é pragmático e monetarista. Todavia, a autora tão somente descreve fatores que em geral fundamentam a existência das corporações.

Mota e Vasconcelos (2002, p. 302) salientam que “para desenvolver-se e sobreviver, o grupo organizacional tem dois grandes problemas a solucionar: adaptar-se ao ambiente e manter sua coerência interna”. Daí a importância de se estudar e participar das Políticas Públicas.

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) associações de produtores rurais são sociedades formais, criadas com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem (BRASIL, 2008).

Trata-se de modelo associativo diferente [ainda incipiente] daquele das associações comunitárias rurais, que têm como escopo: [...] a conscientização de direitos e deveres do trabalhador rural; o desenvolvimento de projetos sociais tais como: grupo de geração de renda, assistência técnica [...] reforma de estradas, realização de bingos e leilões para arrecadação de recursos para a própria associação, construções de salões comunitários e igrejas pela própria mobilização e ajudas voluntárias como doações, realização de leilões e bingos; a aquisição de tratores, bois e carroções comunitários; a construções de poços tubulares com distribuição de água, nas casas dos moradores (ARAÚJO; TOLENTINO; THEOPHILO, 2009, p.4).

As vantagens do associativismo vão além dos ganhos advindos da especialização. A cooperação tende a viabilizar a realização de determinados investimentos em capital fixo; contribui para a difusão de inovações; aumenta o poder de barganha com fornecedores; reduz custos relacionados à estocagem, comercialização e distribuição de mercadorias; permite o atendimento de grandes encomendas; e aumenta a influência política das empresas. A proximidade geográfica contribui para o desenvolvimento tecnológico, para o estabelecimento de instituições de apoio e treinamento de mão de obra. A criação de uma identidade cultural da região, por sua vez, contribui para o reconhecimento do produto.

“A cooperação interempresarial pode viabilizar o atendimento de uma série de necessidades das empresas, necessidades essas que seriam de difícil satisfação nos casos em que as empresas atuam isoladamente” (AMATO, 2000, p. 42).

### **1.6.1 Assopinho**

Ao se iniciar a pesquisa sobre a Associação dos Pinhоеiros de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (ASSOPINHO), em 2017, se imaginava, romanticamente, que Pinhоеiros às margens da BR 376 na região de São José dos Pinhais fossem somente coletores locais que não tinham orientação para agregar valor à sua atividade. Porém, no desenvolver da abordagem de campo constatou-se que na maioria os vendedores são estranhos ao local, mercadores que apenas se aproveitam da sazonalidade para comerciar a semente sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade socioambiental. Neste sentido, o que ocorre no cenário aponta que há necessidade de firmarem-se políticas

públicas regionais em prol do comércio efetivamente sustentável. Poucos, porém, são representantes da comunidade local que estão envolvidos com a responsabilidade ambiental, sendo na maioria vendedores oportunistas oriundos dos centros urbanos.

Embora, o pinhão seja um importante representante regional a sua produção intencional ainda não faz parte dos incentivos nas políticas públicas locais, sendo que a preocupação com a extração predatória dos pinhões fica limitada a legislação pontual ano a ano. Tal situação faz da catação e comercialização na região estudada uma aventura em que prevalece a lei do mais forte. Pensando assim em valores socioambientais, sabe-se que os leques de itens são mais do que o pinhão, ele no caso apenas ilustra a necessidade de aportar meios, que agreguem valor às atividades relacionadas aos desenvolvimentos das comunidades rurais, porquanto, as atividades necessitam de planejamento e apoio para se sintonizarem com o oitavo objetivo do milênio.

Ao término da análise levantou-se que a realidade informada pela ASSOPINHO já tinha sido apontada em estudos preparados pela Fundação Centros de Referências de Tecnologias Inovadoras – CERTI (2002).

Embora, tenha havido tentativa pela ASSOPINHO de regulamentar o trabalho dos catadores comerciantes nas margens da BR 376 em 2008, os comerciantes mantêm a venda de modo desorganizado, nas palavras do presidente da associação. Dos 56 associados iniciais somente 15 associados mantiveram-se ligados as diretrizes da associação, que entre outras ações (uniformização, logomarca, etc), instituiu 16 regras de boa conduta.

Em campo, confirmou-se que os vendedores trabalham em estado de arte, sem planejamento, focados na comercialização das sementes ao sabor da sazonalidade, sem comprometimento de longo prazo e desinteressados na produção ou sustentabilidade.

### 1.6.2 ATCG

Este caso teve por escopo investigar o papel das associações no processo de gestão de roteiros rurais, no seu protagonismo na adoção de ações coletivas de organização, promoção e comercialização. Para os pesquisadores (BRAMBATTI, NITSCHKE, 2017, p. 03) .

O associativismo envolve a união de pessoas, representando equipamentos, serviços e atrativos turísticos, para o planejamento e promoção do turismo em determinado espaço, mormente rurais, potencializando empreendimentos que, de *per si*, não possuem capacidade para atuar no mercado, como produto ou equipamento turístico.

Assim, como na ASSOPINHO o objetivo associativista é focado naquilo que lhe é mais próximo. A ATCG está focada em turismo, já formou seu ponto de convergência e mantém foco no desenvolvimento da comunidade local. Numa extensão de aproximadamente 45 quilômetros, com 12 pontos de comércio para o roteiro, os locais associados ofertam no percurso itens como café rural, comércio de flores, hortaliças, frutas, vinhos, produtos coloniais e artesanato.

O processo de formação do caminho turístico começou com a sensibilização dos locais sobre o que já ocorria com sucesso na Serra Gaúcha e em Joinville-SC.

Em 1990, surgiram roteiros turísticos rurais na Região Metropolitana de Curitiba-PR, compostos tanto por propriedades de agricultores familiares como por empreendimentos exclusivamente turísticos. Em 1999 foram criados o Circuito Italiano de Turismo Rural, no município de Colombo, e o Caminho do Vinho, em São José dos Pinhais, sendo a partir do ano 2000 (IDEM, 2017, p. 09).

Porém, passados 18 anos e assim como na ASSOPINHO, nem todos associados iniciais mantêm o projeto em execução.

Para os pesquisadores, não se pode limitar ao papel da ATCG na gestão do turismo, “mas compreender a necessidade de uma gestão colaborativa entre a sociedade civil organizada [como por exemplo, as associações], as representações do poder público e de entidades empresariais” (BRAMBILLA; NITSCHKE, 2017, p. 9. Interpolamos).

Neste sentido, é importante a interação das organizações que atuam em projetos e programas desenvolvimentistas na região seja pelas Rotas turísticas, seja alimentícia e extrativista (Pinhão), sob a perspectiva da governança a partir do apoio de Políticas Públicas.

### **1.6.3 ARV**

Buscando compreender melhor o contexto de inserção da ARV que está localizada no bairro da Roça-Velha, como também a região rural da cidade, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um funcionário da Secretária de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura de SJP, sendo que as informações disponibilizadas também estão no site da prefeitura da cidade.

Inicialmente, soube-se que não se trata de bairro e sim de colônia. A colônia da Roça-Velha que assim se faz constar nos registros oficiais, mapa da prefeitura localizado

na Figura 1, segmentando, por conta da urbanização, em colônia para regiões rurais e bairros para áreas urbanizadas, como foi informado pelo entrevistado.

Especificamente a Roça-Velha, tem em sua área um número razoável de pequenos produtores na porção situada no primeiro planalto, enquanto há chácaras particulares na parte em direção à baixada litorânea juntamente com áreas de reflorestamento comercial. Pelo lado econômico, o bairro (colônia) responde por 6,5% da produção de hortaliças e possui o maior rebanho ovino do município, e, conta também com uma floresta Ombrófila mista (presença da árvore araucária) e densa.

Em relação a ARV, considerando o dito alhures por Araújo, Tolentino & Theophilo (2009), observa-se que não se trata de uma associação complexa, é antes bem precária, porém, há trabalhos locais como a busca de construção de poço de abastecimento para escola, fixação de linhas de ônibus, entre outros.

A ARV está sediada na Rua Professor Júlio Carvalho Gomes, nº 5.200, Bairro Roça Velha, Município de São José dos Pinhais – Pr. Em 01/11/2018 realizou-se entrevista com Sra. Bernadete presidente da associação, que participa ativamente da organização desde a sua fundação, segundo ela o início deu-se no ano de 2005, pelos próprios moradores que não tinham conhecimento e nem ninguém que já tivesse tido contato ou participado de alguma associação.

E foi por meio de sujeitos envolvidos com a Prefeitura Municipal (PM) que a associação dos moradores surgiu, eles se planejaram e, lhes foi informado que para a formalização da associação era necessária a criação de um Estatuto, mesmo com esse auxílio à organização toda se deu de forma independente, tanto que o estatuto base para formação da associação era de um modelo já ultrapassado e não o da legislação vigente.

Um ano após a sua criação, é que a associação se filiou a Federação Municipal Associação de Moradores de São José dos Pinhais (FEMAM), que é o órgão responsável pelo suporte as associações, para receber um auxílio nas eleições dos cargos da associação e consertar seu estatuto.

A associação da Roça-Velha se consolidou para buscar melhorias e avanços na comunidade, que se deu pela percepção de que em sociedade (associação) a busca por essas melhorias é de certa forma mais notável, tem maior alcance, do que apenas um morador fazer alguma reivindicação ou solicitar algum benefício, até o atendimento em associação na prefeitura é diferenciado.

Mas participação dos moradores nas reuniões, que atualmente é realizada uma por mês, mesmo tendo os mesmos objetivos, sempre a convergências. Segundo a presidente, a participação vai muito do interesse individual dos moradores, é conforme a pauta que será analisada em casa reunião que conta com vários ou quase nenhum morador.

Isso também acontece com membros que possuem cargos dentro da associação, que em face de fatores de ordem pessoal acabam perdendo o interesse pela questão social e se desvinculam do projeto, deixando até mesmo a associação em falta, tendo a necessidade de procurar por voluntários.

Mesmo essa questão envolvendo a participação da comunidade, a ARV tem desempenhado um papel importante para a notoriedade do local, um projeto de grande importância é a busca dos associados junto ao poder público em fazer um encanamento para distribuição de água corrente na Escola Municipal Carlos Gomes, e também, uma expansão da escola, que hoje conta com 300 pessoas ao todo.

Ainda nesse segmento, a associação por meio de suas reuniões, analisou a necessidade de ser feita uma melhoria no transporte público, o ônibus que circula na região ainda passa por outras áreas, e conta com horários reduzidos, o que vai ser levado a prefeitura da cidade para análise.

Outro projeto importante é o passeio ciclístico com caminhada na natureza que ocorre uma vez ao ano, realizado preferencialmente no dia da árvore, ou na semana que ocorre esta data, que foi criado pela associação, mas a organização toda se dá em conjunto com a prefeitura, com o intuito de fazer as pessoas não só da região da Roça Velha, mas das comunidades vizinhas, no incentivo ao contato com a natureza e também lembrar a sua importância.

Além de tudo isso, a ARV busca trazer eventos e muito lazer para as crianças, que conta uma vez ao ano com show de talentos, sessões de cinema organizadas na sede da associação para as crianças também.

O grupo de idosos também conta com uma atenção da associação, em uma quarta-feira por mês eles se organizam e a assistência social que é parceira da ARV, traz algumas atividades como bingo, dinâmicas, artesanato e passeios. E o planejamento dessas atividades conta os jovens moradores da região que se voluntariam para auxiliar esses projetos.

Já na questão da agricultura, já que ARV se encontra em uma área rural, tem os produtores, que acabam não se envolvendo nas reuniões, pois eles acabam levando suas petições diretamente a Secretária da Agricultura e Abastecimento.

Maiores projetos e outras necessidades da região poderiam ser levadas na prefeitura da cidade, caso a participação dos moradores se fizesse mais presente.

Muitas pessoas não conseguem enxergar, que a associação é uma voz direta da comunidade perante o ente público, além disso, muitos também não entendem que a associação vem para contribuir de modo geral na região, o que pode não vir acontecer de forma rápida, e a mudança nem sempre vai atingir diretamente a todos, como por exemplo, o projeto do encanamento de água na escola, esse é um benefício pensado para as crianças e funcionários, mas que será benéfico para todos, apontou a entrevistada.

Dada a importância do apoio e incentivo do poder público com as associações, neste caso, existe a participação e envolvimento do poder público sim, o executivo regional está sempre disposto a ouvir e acompanhar as demandas levantadas.

Entretanto, segundo a presidente da associação, ocorre uma dificuldade na realização das solicitações porque muitas coisas são vistas e atendidas apenas pela questão político partidária, se a região tem muitos ou poucos eleitores à prioridade na resolução dos problemas vem primeiro para as regiões com muitos eleitores.

## 1.7 PROJETOS MUNICIPAIS

De acordo com o plano plurianual da Prefeitura Municipal (PM) de SJPM há propostas e metas que serão implementadas até o período de 2021. Mas, segundo a secretária de Planejamento e Desenvolvimento local, as aplicações dessas metas se estendem por todo o período compreendido entre 2018 a 2021. Algumas delas já se encontram em andamento e outras ainda estão em planejamento. E, tendo que as comunidades rurais possuem uma porção de produtores e não produtores, as ações políticas beneficiam esses dois grupos tanto em conjunto como de forma individual.

Dentre as políticas encontradas a mais expressiva até o momento é a de Investir em Melhorias nas vias internas de acesso às propriedades Rurais, que conta com várias obras realizadas em 2018 e as que estão em continuidade desde o início de 2019.

Na política de segurança, foi lançado oficialmente em 2019 um aplicativo da guarda municipal (APLICATIVO 153 CIDADÃO), ele deve ser baixado no celular e é uma ferramenta de denúncia e registro de crimes na cidade.

Ainda, dentro da modernização da saúde a prefeitura da cidade lançou em 2018 outro aplicativo (MAIS SAÚDE CIDADÃO), onde os usuários do SUS poderão verificar resultados de exames, acompanhar a carteirinha de vacinação e prescrição de medicamentos com a orientação do médico.

Na política de Incentivar a produção de alimentos, no mês de março de 2019, com o intuito de promover a agricultura familiar, a municipalidade realizou as inscrições para o programa municipal 'Plante Mais' desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEMAG) que distribui ao pequeno e médio produtor rural do município até mil mudas de morangos com valor subsidiado. Sendo está uma ação já existente, mas que com o executivo atual, vem sendo aprimorada.

Já para a política de fortalecer a Gestão Participativa da população, foi promovido um evento das mulheres trabalhadoras rurais. Um dos objetivos do encontro, é valorizar a contribuição da mulher no trabalho rural incentivando ao mesmo tempo a continuidade das atividades às próximas gerações promovendo o fortalecimento, principalmente, entre as agricultoras familiares reconhecendo sua importância através da visibilidade.

No que se diz a Renovar e ampliar a Patrulha Agrícola Mecanizada, houve um trabalho intenso em 2018, para auxiliar o pequeno produtor no preparo do solo, plantio e colheita, a Prefeitura, por meio da SEMAG, disponibiliza para os municípios tratores e implementos agrícolas. Ao todo, as máquinas do programa da SEMAG somaram mais de 2 mil horas trabalhadas no período de janeiro a dezembro de 2018.

A ação relacionada promover a Capacitação dos produtores rurais, também teve certo cuidado em 2018, com o programa de 'Certificação de Produtores Orgânicos', projeto consistente em estimular a produção de alimentos orgânicos no município promovendo a orientação e acompanhamento das propriedades inseridas no programa até a certificação, segundo relatório da SEMAG, de janeiro a dezembro de 2018, mais 18 propriedades rurais foram certificadas em São José dos Pinhais.

Outra ação importante realizada pela PM e que as associações rurais podem se beneficiar, é do oferecimento de cursos de qualificação profissional, nos quais a Prefeitura e as Faculdades da Indústria firmaram uma parceria no início de 2019 visando a implantação do Programa Assessoria para Empregabilidade. A novidade é voltada aos

trabalhadores que estão em busca de emprego e também àqueles recém contratados que se encontram em período de experiência.

O Programa tem como objetivo assessorar o trabalhador sob o aspecto comportamental, aumentando suas chances de ser selecionado para uma vaga de trabalho, assim como fazer com que ele se prepare e se adapte estando mais qualificado para o ambiente de trabalho.

## 1.8 MATRIZ SWOT

A matriz em questão é uma metodologia norte-americana abreviada nas seguintes palavras: Strengths (Pontos Fortes), Weaknesses (Pontos Fracos), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças), e segundo Chiavenato e Sapiro (2003), sua função é cruzar as oportunidades e as ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. “É de uso comum nos cursos de administração, pondera aspectos internos e externos às organizações para traçar planos estratégicos que lhes aportem melhores resultados” (RODRIGUES *et al.*, 2005).

As contribuições que se podem obter por meio da SWOT no caso, são: dar mais segurança para a tomada de decisão, conhecer profundamente o cenário, compreender a posição o objeto de análise no ambiente, antecipar-se a movimentos externos e indicar alternativas de ações de crescimento, desenvolvimento, superação de restrições, cientificação quanto a própria sobrevivência e os riscos que reduzem atratividade para o associativismo dos locais.

Metodologicamente, na perspectiva de crescimento reúnem-se as forças e oportunidades, verificam-se as oportunidades que não estão sendo aproveitadas, embora haja forças internas que propiciam o aproveitamento. Já sob o viés do desenvolvimento observam-se as oportunidades latentes, aquelas que podem vir a ser aproveitadas com algum ajuste interno. Relativamente às restrições verificam-se as fraquezas a serem superadas, porquanto, existe a oportunidade, porém, há alta intensidade de fraquezas.

Para a sobrevivência da ARV deve-se ter clareza das ameaças para as quais não há força correspondente para reação. E, tocante a matriz de riscos estão reunidas as fraquezas que podem ser facilitadores da ameaça, por haver na ameaça alta correspondência de atratividade com a fraqueza.

## 2 COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item tem-se a exposição das peculiaridades, forças e fraquezas e, ainda, ameaças e oportunidades para o modelo aplicado a ARV.

Para análise da ARV e seu microambiente e macroambiente, considera-se que os fatores dos quadrantes devem estar relacionados a fatores-chave de sucesso, e que venham ao encontro das políticas públicas ofertadas pelo município.

QUADRO 1 – Análise Swot

FATORES INTERNOS	<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
	Cultura com valores tradicionais;	Comparecimento escasso dos moradores nas reuniões;
	Trabalho voluntário pelos interesses comunitários;	Resistência a implantação de novas ideias, desconfiança;
	Filiada a FEMAM (Fed. Mun. das Associações de Moradores);	Falta de credibilidade no poder público (proj. inacabados);
	Parceria com Escola da Comunidade;	Sede emprestada (espaço público cedido pela Prefeitura);
	Independência partidária;	Falta de recursos financeiros, físicos e tecnológicos;
	Promoção de eventos angariadores de fundos;	Falta de eco junto a Prefeitura local;
Estrutura organizacional em formação	Centralização das obrigações na Direção;	
FATORES EXTERNOS	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
	Atratividade e valorização da vida no campo;	Cadeia de produção para fornecimento não formalizada;
	Capacitação tecnológica ofertada por programas públicos;	Desinteresse em outras frentes de desenvolvimento da ARV;
	Mercado privado (orgânicos);	Inserção de outros fornecedores dos mesmos insumos;
	Mercado institucional (escolas públicas e armazém da família);	Projetos expansionistas que recortam as terras (Linha COPEL);
	Proximidade com mercados consumidores;	Associados se mudam/afastam de suas habituais produções;
Migração para área rural pelo desgaste com a vida urbana;	Associados que só se envolvem em temas pontuais;	

FONTE: Os autores (2018-2019).

Foram elencados os aspectos mais relevantes em cada quadrante e a partir do cruzamento dos fatores é possível descortinar ações de desenvolvimento; ações de redução de restrições; ações de sobrevivência e ações de diminuição de riscos para a ARV.

### 3.1 MATRIZ DE CRESCIMENTO

Para Matriz de Crescimento é identificado a força do grupo, que embora pequeno, tem sua composição legalizada e promove eventos angariadores de fundos. Este viés é mantido pela valoração que os membros dão ao seu espaço rural e seu *modus vivendi*, tendo de si a visão de que são uma comunidade unida. Isto foi exposto na declaração de motivos para fixação dos cinco itens considerados fortes para ARV. Ou seja, em termos de relacionamento humano e convivência a ARV tem muita força. Este aspecto deve ser aproveitado para fortalecimento dos vínculos dos membros e na angariação de novos membros para a associação, inclusive aqueles oriundos da área urbana.

Com o fortalecimento numérico da associação pôr-se-á, trabalhar na orientação da Matriz de Desenvolvimento, a saber.

### 3.2 MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO

Está oportunizado pelo executivo local programas de capacitação tecnológica, como foi analisado no portal oficial da prefeitura de São José dos Pinhais. Parafraseando Guerrero (2019), tem-se que o saber tecnológico é imprescindível na gestão de qualquer organização, mesmo que não seja voltada para desenvolvimento de comercialização de produtos ou serviços, as capacitações têm o condão de serem meios para inclusão dos sujeitos, tornando-os conhecedores e partícipes das eventuais ações no contexto em que estão inseridos. Assim, a busca de capacitação para formação de um Sistema Local de Informações, pode proporcionar o *design* de um caminho para formação de uma cadeia produtiva que venha aproveitar os mercados vizinhos, ou seja, esta latente para ARV o aproveitamento de conveniências, capacitação e comercialização conforme se identificou nas oportunidades da SWOT.

### 3.3 MATRIZ DE RESTRIÇÃO

As restrições estão fixadas nas fraquezas que podem ser superadas, ou podem ser mitigadas, muitas vezes com a simples mudança de atitudes. Considerando que há aspectos de desenvolvimento latentes, por não aproveitados, crê-se que a instigação dos membros para capacitação e aproveitamento dos fomentos do poder público, ter-se-ia um maior comparecimento envolvimento, bem assim crescimento de seu número de associados.

No que se refere a falta de efetiva participação do poder público nas ações da ARV, bem como a falta de recursos e a desconfiança aventada, tem-se que são frutos

do tamanho da ARV, sua pequenez lhe custa à presença útil para comover as forças políticas bem como a obtenção de recursos.

Também, como são poucos membros efetivamente trabalhando esses poucos estão sobrecarregados e lutam por superar momentos difíceis pontuais, não tendo assim corpo e força de barganha.

A exemplo se vê o caso da inexistência de poço de água potável para os alunos da escola parceira da ARV. Tal situação pode ser resolvida com um simples acionar do Ministério Público. Todavia, a falta de pessoas a assumirem questões deste tipo de forma técnica, vem retardando no caso presente, um pedido que é de necessidade essencial há 07 anos.

Os recursos financeiros e econômicos, igualmente devem ser captados em programas de fomento, projetos privados ou públicos, e em mensalidade a ser aportada pelos próprios associados, embora se saiba de antemão que tal sugestão pode significar antagonismos dos membros para com a ARV.

Porém, sem superar as fraquezas constatadas a ARV não poderá aproveitar as oportunidades, de até chegar à certificação de produção ou turismo local.

### 3.4 MATRIZ DE SOBREVIVÊNCIA

Considera-se que como a ARV não detém uma cadeia produtiva local, nem desenvolveu projetos de turismo, buscando ofertar produtos ou serviços, vive num processo de sobrevivência pontual e, externalidades são ameaças que podem até levar ao desfazimento da ARV.

Em localidade próxima (Avençal), o poder público entendeu necessário o represamento do rio Miringuava, criando-se a barragem do Sistema Miringuava (para o abastecer de água Curitiba e São José dos Pinhais), embora a associação de moradores locais tenha se movimentado, não havia força, associação, para evitar-se tal ação e, o Decreto Estadual nº 5.640, de 2002, declarou a área de utilidade pública. Esta excrescência levou os produtos locais a se reinventar, e a duras penas estão tentando sobreviver readequando-se à produção orgânica.

No caso da ARV, algo semelhante ocorreu com a determinação de expansão da linha de transmissão de energia para SC passando pelas propriedades da comunidade ARV. Em audiência pública, ocorrida em março de 2018 chamada pelo IBAMA, os colonos se depararam com a decisão já tomada (audiência pública em Brasília), sendo esta audiência de março, somente de esclarecimentos. Todavia, aquela da Capital Federal nunca foi conhecida pelos colonos locais.

O contorno desta variável está na imperiosa presença de representantes da comunidade junto ao poder público, e mais uma vez esta perspectiva tem caráter técnico e requer capacitação para atuação profissional e eficiente.

### 3.5 MATRIZ DE RISCOS

Bem na mesma toada da matriz anterior, há a infeliz atratividade entre ameaças e fraquezas no caso teclado.

A AVR não encontra eco junto ao poder público na medida em que necessita e, ao mesmo tempo não conta com recursos para fazer frente às próprias necessidades, além do mínimo. Em que pese o apartidarismo, a captação da simpatia a causa de diferentes sujeitos políticos, deve ser uma prioridade, mais ainda, considerando que os projetos expansionistas e os empreendedores menos afeitos a sustentabilidade presencial, podem extinguir as boas intenções da ARV.

A busca pelo auto sustento (social, econômico e tecnológico), e a autoproteção devem ser as prioridades da ARV no presente estágio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Associativismo é uma importante opção estratégica para a viabilização e desenvolvimento das comunidades rurais. Não obstante, para que o associativismo seja traduzido em uma verdadeira organização, quando se trata de ruralistas há uma gama de aspectos particulares dos associados e os seus interesses, há barreiras culturais, intelectuais, culturais, tecnológicas e de recursos que precedem do aporte efetivo de Planos de Ações desenvolvidos e levados a termo com verdadeiro interesse pelo ente Público. Com políticas desenhadas em sintonia com os moradores rurais.

Em que pese o compromisso mundial do ODM, esse compromisso tem que se tornar fato mesmo onde a população é rarefeita.

O planejamento produtivo, comercial, autossustentável e digno na gestão em coletivos rurais é poder dever das Políticas Públicas. A viabilidade do associativismo envolve empreendedores e comunidades, todavia um olhar de amorosidade fraterna com foco em intervenções Políticas objetivas no desenvolvimento local sustentável é questão de sobrevivência de tais associações.

Considerando, por fim, que muitos subprojetos poderão ainda ser desenvolvidos e que os atuais ainda estão em progresso, embora ainda longe do dia a dia da ARV, entende-se necessário uma futura pesquisa para analisar e verificar a efetiva aplicação das ações Públicas, num procedimento *ex post facto*, pois o cenário presente aponta que a ARV está estagnada e tendente à Matriz de Riscos.

## REFERÊNCIAS

- AMATO, J. NETO. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ANÁLISE SWOT. In: WIKIPÉDIA. Flórida: Wikipédia Foundation, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=An%C3%A1lise\\_SWOT&oldid=54501745](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=An%C3%A1lise_SWOT&oldid=54501745)>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- ARAÚJO, C. A. L.; TOLENTINO, M.; THEOPHILO, C. Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da Região Sul de Montes Claros-MG. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON2030.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019
- BRAMBATTI, L. E.; NITSCHKE, L. B. Associativismo e participação comunitária: o roteiro rural caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil. **Rosa dos Ventos**, Araucária, v. 10, n. 1, p. 71-82, out. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i1p71>>. Acesso em: 23 fev. 2018.
- BRASIL. **O Brasil e os ODM**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Manual de Atuação em Arranjos Produtivos Locais – APLs**. São Paulo: FIESP, 2014. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=157432>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações**. 13. tir. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DELLAGNELO, E.; HOMEM, L.; SILVA, C. L. M. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 19, p. 19-33, set./dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302000000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000300002)>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://cfepoliticaspUBLICAS.files.wordpress.com/2016/07/politicas-publicas-fundamentos-dias-e-matos-2015.pdf>> Acesso em: 6 dez. 2018.
- GARCIA, D. S. S.; GARCIA, H. S. Objetivos de desenvolvimento do milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 7, n. 35, p.170-192 dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/69455/40499>> Acesso em: 10 dez. 2018.
- GUERRERO, A. R. P. **Teoria Geral do Estado: instituições de direito**. 01 jun. 2014, 16 dec. 2014. Notas de Aula. FAE Centro Universitário. São José dos Pinhais, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Administração: Gestão Emergente**. 01 mar. 2017, 16 dec. 2019. Notas de Aula. FAE Centro Universitário. São José dos Pinhais, 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (Coord.). **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <<http://ba.one.un.org/content/dam/undp/library/MDG/english/MDG%20Country%20Reports/Brazil/brazilinformenacionalodm2005.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- KLOTZLE, M. C. Alianças estratégicas: conceito e teoria. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 85-104, jan./abr. 2002.

LOPES, B. et al. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. (Série Políticas Públicas). v. 7. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/n especiais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>> Acesso em: 5 dez. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **The Millennium Development Goals Report 2015**. New York, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/MDG-2015-June-25.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RODRIGUES, J. N. et al. **50 Gurus para o Século XXI**. Lisboa: Centro Atlântico.PT, 2005. Disponível em: <<http://www.centroatl.pt/titulos/desafios/imagens/excerto-ca-50gurusdagestao.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Ações do plano de governo**. 2018. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/A%C3%A7%C3%B5es-Plano-de-Governo-A4.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatórios CSCI**: relatórios bimestrais de acompanhamento elaborado pelo controle interno. 2018. Disponível em: <<http://transparencia.sjp.pr.gov.br/view/csci.php>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Metas e prioridades**. 2018. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/8.-Metas-e-Prioridades-Secretaria-Municipal-de-Planejamento-e-Desenvolvimento-Econ%C3%B4mico.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SEBRAE. **Série empreendimentos coletivos**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <<https://bis.sebrae.com.br/bis/download.zhtml?t=D&uid=5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133>>. Acesso em: 20 mar. 2019.